

Prefeitura Municipal de Irati



ESTADO DO PARANÁ

PUBLICADO

Boletim Oficial Munic Irati

em 29 / 12 / 84

Divisão de Expediente

LEI Nº 626

Súmula: Altera legislação sobre a Taxa de Iluminação Pública e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, APROVOU e, eu PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica alterada a forma de cobrança da Taxa de Iluminação Pública, criada pela Lei nº 522, de 24 de novembro de 1980, destinada a atender as despesas de consumo de energia elétrica, operação, manutenção e melhoramento dos serviços de iluminação pública, prestados pelo Município.

Art. 2º - A Taxa de Iluminação Pública tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial dos serviços mencionados no art. 1º, prestados aos contribuintes ou postos à sua disposição, em vias ou logradouros públicos.

Art. 3º - A Taxa de Iluminação Pública será devida pelos proprietários, titulares do domínio útil ou ocupantes de imóveis urbanos, beneficiados ou que venham a se beneficiar, direta ou indiretamente, com o serviço de iluminação pública.

Parágrafo Único - Ficam excluídos da cobrança da Taxa os consumidores rurais e os órgãos públicos municipais.

Art. 4º - A base de cálculo do tributo será a Unidade de Valor para Custeio - UVC, importância estabelecida como referencial para rateio entre os contribuintes das despesas mencionadas no art. 1º desta Lei.

Art. 5º - Para o exercício financeiro de 1985, a Unidade de Valor para Custeio-UVC será de R\$ 19.340 (Dezenove mil e trezentos e quaren

Prefeitura Municipal de Irati



ESTADO DO PARANÁ

Art. 6º - O Poder Executivo fica auto
rizado a, mediante Decreto:

I - atualizar, para os exercícios sub
sequentes a 1985, a Unidade de Valor para Custeio-UVC
fixada no art. 5º;

II - estabelecer percentuais de descon
to sobre a Unidade de Valor para Custeio-UVC, a fim
de atender ao princípio da capacidade econômica do
contribuinte.

Art. 7º - A arrecadação da Taxa de I-
luminação Pública sobre os imóveis ligados direta-
mente à rede de distribuição de energia elétrica será
feita pela Companhia Paranaense de Energia - COPEL, a
través de parcelas mensais.

§ 1º - Para fins de cumprimento ao
disposto neste artigo, fica o Poder Executivo autori-
zado a firmar Convênio com a Companhia Paranaense de
Energia - COPEL, transferindo-lhe os encargos de arre-
cação e controle da Taxa de Iluminação Pública, bem
como os serviços de manutenção do sistema de ilumina-
ção pública nas localidades atendidas por aquela con-
cessionária.

§ 2º - O produto da arrecadação men-
sal, efetuada pela Companhia Paranaense de Energia -
COPEL, será por ela contabilizado em conta própria, fi-
cando a referida Empresa desde logo autorizada a uti-
lizar os montantes arrecadados na liquidação total ou
parcial das contas de fornecimento de energia elétri-
ca e custos de manutenção, expansão e melhoramentos
do sistema de iluminação pública do Município.

§ 3º - O Convênio de que trata este
artigo será firmado sob condição de que os serviços
de arrecadação e controle da Taxa sejam desempenhados
pela COPEL sem ônus para o Município:

Art. 8º - A arrecadação da Taxa de

Prefeitura Municipal de Irati



ESTADO DO PARANÁ

mente pela Prefeitura Municipal, juntamente com o Imposto Predial e Territorial Urbano, e será cobrada mediante a alíquota anual de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre a Unidade de Referência do Município por metro linear de testada.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DE IRATI, em 29 de dezembro de 1984.


ANTÔNIO TOTI COLAÇO VAZ

Prefeito